

O MUSEU DA ABOLIÇÃO – MAB E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PERNAMBUCO

THE MUSEU DA ABOLIÇÃO - MAB AND SOCIAL MOVEMENTS OF PERNAMBUCO

Maria Elisabete Arruda de Assis¹

Resumo: Este artigo discute a participação dos movimentos sociais afrodescendentes de Pernambuco no Museu da Abolição, instituição pública federal vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus / Ministério da Cultura. Criado por decreto federal na década de cinquenta, tem sua trajetória institucional modificada a partir do estabelecimento de interlocução com entidades e lideranças negras. Analisa os processos de patrimonialização e musealização decorrentes deste processo, a mudança de perspectiva da missão e objetivos do museu que o integra como território identificado com causas e questões do povo negro e como espaço de memória da cultura afrobrasileira. Sua trajetória, portanto, transita da museologia tradicional à museologia social, tornando-o referência, dentre os museus públicos, a partir de sua aproximação e interlocução com pessoas, instituições e organizações vinculadas à cultura tradicional de matriz africana e às questões dos direitos humanos, igualdade racial, eliminação do racismo, preconceitos e exclusões de que são vítimas os negros brasileiros.

Palavras-chave: Museu. Sociedade. Museologia Social.

Abstract: This article discusses the participation of afrodescendent social movements of Pernambuco at the Museu da Abolição, public institution linked to the Brazilian Institute of Museums / Ministry of Culture. Created by federal decree in the fifties, has its modified since the establishment of dialogue with organizations and black leaders institutional trajectory. Analyzes the heritage processes and musealization of this process, and the change in perspective of the mission and goals of the museum, which includes the territory as identified with causes and issues of black people as well as the memory space of the Afro-Brazilian culture. His career thus moves from traditional to social museology,

¹ Tem formação em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Ocupa o cargo de Diretora do Museu da Abolição desde janeiro de 2012. Foi Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas na Coordenação de Estudos Sócioeconômicos e Sustentabilidade do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – IBRAM/MINC, entre julho de 2010 e dezembro 2011. E-mail: maria.elisabete@museus.gov.br.

making it the benchmark among public museums, from their approach and dialogue with people, institutions related to traditional culture with African roots and issues of human rights organizations, racial equality, elimination of racism, prejudice and exclusion suffered by black Brazilians

Keywords: Museum. Society. Social Museology.

INTRODUÇÃO

O Museu da Abolição é uma instituição pública federal vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus, autarquia federal do Ministério da Cultura. Foi criado por decreto federal na década de cinquenta² e inaugurado em 1983, no dia 13 de maio, em comemoração à assinatura da Lei Áurea, o que nos dá a exata noção da perspectiva de sua primeira atuação. A lei que criou o Museu propunha homenagear os abolicionistas João Alfredo e Joaquim Nabuco, e definiu como local de sua sede o sobrado da Madalena, casa onde residira o Conselheiro João Alfredo³. O sobrado passou por vários estágios até ficar em condições de ser ocupado: desapropriação, tombamento⁴, restauro, e reforma. A obra de restauro e reforma do imóvel foi iniciada em 1968 e estendeu-se até 1975, devido ao seu péssimo estado de conservação (figuras 1 e 2).

Figura 1: Casarão de João Alfredo ou Sobrado Grande da Madalena (após tombamento e antes do restauro).



Fonte: Arquivo IPHAN –PE.

² Proposta de criação encaminhada sob o Projeto de Lei nº 39, de 14.05.1954, e aprovado sob a Lei Federal nº 3357, em 22 de dezembro de 1957, pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

³ João Alfredo Corrêa de Oliveira foi deputado pela Assembleia Provincial (1858, e em 1876 Presidente), deputado pela Assembleia Geral do Império (1860, 1868, 1876), conselheiro de Estado (1887), senador do Império (1877 a 1889). Seu nome está ligado ao processo de abolição da escravidão, uma vez que foi ministro do Império do Gabinete Rio Branco, que promulgou a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e como presidente do Gabinete de 10 de Março que promulgou, ao lado da Princesa Isabel, a Lei Áurea (13 de maio de 1888), extinguindo a escravidão no Brasil. GASPAR, Lúcia. João Alfredo, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>.

⁴ Em 28 de novembro de 1966 o Sobrado Grande da Madalena foi reconhecido e tombado pelo DPHAN como Patrimônio Nacional, e inscrito no Livro Histórico de Tombo, volume um (1), folha 63, inscrição 389.

Figura 2: Casarão de João Alfredo ou Sobrado Grande da Madalena (após tombamento e antes do restauro).



Fonte: Arquivo IPHAN –PE.

A entrega do casarão devidamente restaurado e reformado ocorreu em 1975, quando o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN⁵ instalou no casarão a sede do seu 1º Distrito, transformando-o em um escritório. Com a abertura do Museu em 1983, decorridos 29 anos entre a proposta de criação e sua inauguração (1954-1983), as duas instituições conviveram no mesmo edifício: o escritório regional do IPHAN e a sede do Museu.

“O DESAFIO DE ENCONTRAR SEU LUGAR NO MUNDO”⁶

A primeira exposição montada para a abertura do museu, O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais⁷ (figuras 3 e 4), tinha por propósito “fornecer

⁵ O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi criado em 1937, no governo de Getúlio Vargas. Entre 1946 e 1970 passou a denomina-se DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Entre 1970 e 1979, IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- foi sua nova denominação. A partir de 1979, o IPHAN se divide em Sphan – órgão normativo - e Fundação Nacional pró-Memória (FNPM) – órgão executivo. Estes foram extintos em 1990 e em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que por sua vez, passou a denominar-se IPHAN em 1994.

⁶ Nobre, Adolfo Samyn (2010) Museu da Abolição: The Museum That We Want, p. 1.

⁷ A exposição contou com a colaboração de várias instituições no país, a saber: Academia Pernambucana de Letras, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Arqueológico de Pernambuco, Museu do Estado de Pernambuco, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya, Museu da Inconfidência e Museu do Ouro. O acervo utilizado reuniu a

informações básicas das várias fases do processo de abolição da escravatura entre nós”⁸, e buscou refletir “sobretudo a posição oficial do problema segundo a legislação mais significativa”⁹. Ela foi elaborada a partir da proposta do Grupo de Trabalho criado para implantar o museu¹⁰ e permaneceu aberta ao público até 1990, momento do primeiro fechamento da instituição.

Figura 3: Exposição “O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais”. Acervo Museu da Abolição.



Fonte: Arquivo MAB –PE.

Figura 4: Exposição “O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais” Acervo Museu da Abolição.



Fonte: Arquivo MAB –PE.

compra de objetos, aquisição por doação e empréstimo de objetos e documentos das instituições citadas, cedido em regime de comodato. A exposição ocupou 12 salas do pavimento superior e o hall de entrada principal do prédio, a qual foi composta por 256 objetos. Outros objetos foram adquiridos e inseridos na exposição, até 1989, dentre os quais, apenas 130 passaram a compor o acervo museológico da instituição.

⁸ Catálogo da exposição: O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais. 13.05.1983.

⁹ Idem.

¹⁰ Em setembro de 1982, o então Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Marcos Vinícius Vilaça, instalou um Grupo de Trabalho, com a tarefa específica de elaboração de um projeto, execução e implantação do Museu da Abolição, cuja inauguração foi determinada para 13/05/1983. O Grupo de Trabalho foi integrado por Alair Barros, Olímpio Serra, Regina Timbó, Raul Lody e Roberto Motta.

O GT que implantou o MAB definiu os objetivos, metas, regulamento, estrutura, organograma, quadro mínimo de pessoal, equipamentos e necessidades para sua implantação e funcionamento. Naquele momento, não houve nenhuma participação dos movimentos sociais vinculados à cultura afro de Pernambuco, apesar da preocupação dos componentes do GT sobre o assunto. A forma e motivação sobre as quais foi criada a instituição, assim como a abordagem de sua temática, e, ainda, a maneira como foi estabelecido o museu, juntos, causaram o afastamento da participação destes movimentos sociais, de tal modo que o movimento negro de Pernambuco afirmava não se reconhecer naquela instituição, tão distante estava da realidade do povo negro. Este histórico afastamento ocorre ao mesmo tempo em que o movimento negro efervescia no país, no que concerne à organização e reivindicação por reconhecimento de direitos e inclusão social, por estabelecimento de políticas públicas, desfazimento de equívocos históricos, ou seja, o que hoje definimos por ações afirmativas e empoderamento do povo negro brasileiro.

O GT criado para instalar o museu realizou consultas, por meio de correspondências, às personalidades e instituições ligadas à temática afrobrasileira, solicitando sugestões e subsídios para definir a missão e objetivos da nova instituição. Todavia, dentre as 200 cartas encaminhadas, apenas 20 foram respondidas. Apesar de reconhecer que “a forma de consulta utilizada não foi a mais proveitosa”¹¹ e apontar para a necessidade de realizar um seminário que resultaria em uma participação mais significativa da comunidade local, o Grupo de Trabalho não tomou nenhuma iniciativa neste sentido.

No catálogo da exposição inaugural, já em seu primeiro parágrafo, há uma justificativa sobre a ausência da participação dos movimentos sociais na construção da instituição e de sua primeira exposição: “dada a urgência requerida, não houve tempo de serem consultadas as sociedades negras existentes nem os especialistas do assunto”¹². Neste sentido, aponta para a perspectiva do museu: “Por essa razão é aberto com uma exposição temporária, que aguardará consenso dessas autoridades para uma programação definitiva”¹³. Esta afirmativa, por si só, geraria interessante debate em torno da expectativa de “consenso”. Entretanto, não entrarei no mérito da questão, uma vez que, para atender ao propósito deste artigo, interessa-me, particularmente, a coleta de objetos para a composição da exposição e do próprio acervo do museu.

¹¹ Catálogo da exposição: **O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais**. 13.05.1983.

¹² Idem

¹³ Ibidem.

Neste sentido, a exposição foi dividida nos seguintes temas: o negro na economia do país (chegada dos africanos, ciclo do açúcar; trabalho urbano e negros livres); aspectos da vida particular; relacionamento com o branco; primórdios da repressão ao tráfico; repressão e extinção do tráfico; consolidação do império (década de 50); primeiras manifestações abolicionistas (década de 60); religiosidade do negro; pré-abolição (década de 70 e as leis aprovadas); abolição (década de 80); e pós-abolição. Do ponto de vista do enfoque da temática da abolição, e da seleção dos objetos a serem expostos, é perceptível que ela foi organizada a partir de uma perspectiva senhorial, sob o olhar da casa grande. Gilberto Freyre, inclusive, teve participação importante, neste momento, uma vez que é dele o primeiro texto da exposição e do seu catálogo: *O negro na economia do país*.

Do universo da senzala foram coletados objetos de castigo, do trabalho agrícola, de mineração, e das manifestações religiosas do candomblé, deixando de lado não só os atores sociais que estiveram presentes nesse processo, mas, sobretudo, o reconhecimento da importância de sua ativa participação no processo abolicionista e a sua visão do processo. Do universo da casa grande foram selecionados objetos de decoração e utensílios domésticos, imagens de santos católicos, alguns móveis, os bustos dos abolicionistas André Rebouças e João Alfredo, assim como documentos oficiais que deram origem ao processo abolicionista, como medalhas e moedas criadas em comemoração à abolição.

Em uma análise crítica desta composição primeira do museu, podemos verificar uma clara exclusão dos grupos sociais diretamente afetados pelo processo abolicionista e, primordialmente, a sua participação e visão do processo. O processo de musealização, naquele momento estabelecido, de modo incipiente, tendo em vista a forma como foi conduzida a elaboração da exposição inaugural do MAB e composição de seu acervo priorizou tão somente o olhar senhorial na seleção dos objetos, nos recortes históricos, e no discurso estabelecido.

Exemplo do que foi até aqui levantado pode ser conferido na cerimônia de abertura do museu (figuras 5 e 6), a qual contou com a presença de políticos locais, representantes de instituições museológicas, e do Ministério da Cultura, sem nenhum registro de representante dos movimentos sociais de Pernambuco vinculados às expressões da cultura afro-brasileira. Além da ausência dos movimentos sociais naquele primeiro momento, houve críticas oriundas do movimento negro e manifestações de discordância sobre o processo de criação e abertura do Museu da Abolição, dado o seu afastamento da realidade enfrentada pelos afrodescendentes na sociedade brasileira desde o processo de escravidão até aquele momento, apesar da extinção da escravidão.

Figura 5: Cerimônia de Abertura do Museu da Abolição 13.05.1983: Marcos Vinícios Vilaça, Secretário da Cultura, Bandeira de Melo, Ricardo José Costa Pinto, Francisco Belthan (MEC) e Joel de Holanda.



Fonte: Acervo MAB-PE.

Figura 6: Exposição de Abertura do Museu da Abolição 13.05.1983: Gilberto Freyre, Roberto Magalhães, governador do Estado de PE; Lygia Martins Costa, Museóloga.



Fonte: Acervo MAB-PE

Decorridos sete anos de sua abertura, o museu foi fechado em 1990, permanecendo seis anos apenas com atividades administrativas. Voltou a abrir suas portas em 1996 e funcionou com seu espaço e acervo reduzidos: contava apenas com um memorial e duas salas de exposições temporárias, um auditório com capacidade para 50 pessoas e uma sala de administração. Esta realidade permaneceu até o seu segundo fechamento em 2005.

Figura 7: assentamento de Oxalá.



Fonte: Acervo MAB

Figura 8: objetos de castigo..



Fonte: Acervo MAB

Entre 2005 e 2008, com as portas fechadas, os servidores do Museu tomaram a iniciativa de repensar o conceito da instituição, em conjunto com os movimentos sociais. Para envolver a sociedade de modo participativo, lançaram mão de uma proposta esboçada no relatório do primeiro Grupo de Trabalho, que não chegou a ser

realizada: o Seminário. Este foi denominado *O Museu que Nós Queremos* e teve por objetivo primordial a mobilização dos diversos segmentos da sociedade para realizar debates em torno da missão, dos objetivos e do futuro do Museu da Abolição. Esta iniciativa marcou o primeiro contato direto da instituição com os representantes e participantes dos movimentos afrodescendentes, e o estabelecimento de uma nova condução de sua perspectiva museológica, inspirada na “museologia social”, cuja semente fora lançada na Mesa Redonda de Santiago do Chile¹⁴. A partir deste momento, o Museu da Abolição assume o desafio de se pautar por uma perspectiva de museologia social e de estabelecer um processo participativo dos movimentos sociais na redefinição do perfil do museu.

A partir do Seminário *O Museu que Nós Queremos*, foi elaborado um documento que continha sugestões e propostas para o “novo” museu, a reivindicação de ocupação integral do Sobrado Grande da Madalena e, conseqüentemente, da saída do escritório regional do IPHAN da sede do museu. Criou-se também um Grupo de Trabalho, denominado GT/MAB, com a atribuição de elaborar um dossiê estabelecendo a missão, os objetivos, e o processo necessário para a redefinição do Museu. Este grupo de trabalho, diferente do primeiro estabelecido, integrou representantes de movimentos sociais, grupos religiosos, técnicos e acadêmicos, que em conjunto com a equipe do Museu, desenvolveu intenso trabalho, cujas reflexões realizadas trataram não só do tema *abolição*, mas, sobretudo das expectativas da comunidade afrodescendente em relação ao Museu. Além das reuniões do GT/MAB, foram coletados subsídios para o trabalho do grupo, por meio de pesquisas de opinião, junto à população.

O dossiê elaborado pelo GT/MAB, após cinco meses de trabalho, assim como as pesquisas realizadas e as discussões do Seminário *O Museu que Nós Queremos*, serviram de base para a criação do primeiro Plano Museológico do Museu da Abolição, o qual foi constituído em 2007¹⁵. Sua elaboração contou com a continuidade do processo participativo entre técnicos, representantes de instituições culturais e religiosas, movimentos sociais e cidadãos em geral. O Plano Museológico, além de

¹⁴ “Em maio de 1972 foi assinada a Declaração da Mesa Redonda de Santiago de Chile, documento que ressaltou a importância dos museus no mundo contemporâneo e sua contribuição para a educação e o desenvolvimento social. A Declaração se tornou o grande marco da **museologia social**, corrente que entende o museu como uma instituição dinâmica e comprometida com a sua comunidade, e na referência para as políticas públicas de museus e da museologia.” In, <http://www.ibermuseum.org/decada-do-patrimonio-museologico-2012-2022-2/>, consultado em 26.02.2014.

¹⁵ A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, instituiu o Estatuto de Museus e estabeleceu em seu artigo 44: “É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”. No artigo 45 temos a definição de Plano Museológico: “compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.”

constituir um histórico do Museu e um diagnóstico de sua situação, instituiu sua missão, objetivos e metas. Definiram-se também as ações gerais e específicas com uma proposta de orçamento para dar continuidade aos trabalhos e efetivar a reabertura do MAB, que naquele momento permanecia com as portas fechadas. As propostas de reestruturação física do Museu, todavia, não chegaram a se concretizar, uma vez que os recursos financeiros necessários não foram viabilizados.

Decorridos pouco mais de três anos, após seu segundo fechamento, o museu reabriu, em 12 de março de 2008, com a *Exposição Campanha “O que a Abolição não Aboliu”*, cuja intenção foi trazer *uma nova perspectiva do negro e da abolição*¹⁶. A exposição, além estimular a continuidade do processo participativo, já iniciado em 2005, apontou para a necessidade de se realizar um debate em torno da questão da abolição, com vistas a elaborar propostas para uma exposição de longa duração no museu, que viria a ser constituída posteriormente. Foram coletadas ideias e sugestões, num total de 1062 contribuições¹⁷ durante toda a exposição, as quais foram posteriormente compiladas pela equipe do museu e catalogadas nas seguintes categorias: infraestrutura, acervo, atividades, temas, divulgação, críticas e elogios.

A participação da sociedade local estava, portanto, na ordem do dia. Após a *Exposição Campanha* e de todas as contribuições catalogadas, o passo seguinte foi mobilizar o público em torno da exposição “permanente” do Museu. Para isto, foi desenvolvido o *Projeto de Elaboração Participativa da Exposição de Longa Duração do Museu da Abolição*. Este projeto desenvolveu reflexões por meio de *rodas de diálogos* em torno dos temas: abolição, lutas e processos de resistência do povo negro, direitos humanos, igualdade racial, raça/etnia, religiões de matriz africana, práticas de gestão participativas nas instituições públicas, a função social do museu e o papel dos museus na atualidade (museus, memória e poder).

Além dos movimentos sociais interessados nos temas, foram convidados profissionais de museus, educadores, grupos artísticos de matriz africana, pesquisadores e estudiosos das questões de gênero, raça e etnia. Desta mobilização resultaram inúmeras reuniões, oficinas e palestras. O debate sobre as questões apontadas definiu os temas e abordagens que deveriam compor a exposição de longa duração. Debates em torno dos temas escolhidos e oficinas de expografia definiram o projeto e a montagem da exposição, seus objetivos e organização dos temas nos espaços expositivos do Museu.

¹⁶ Plano Museológico MAB 2012.

¹⁷ Este número é bastante significativo quando comparado às 20 cartas que foram respondidas no primeiro contato realizado com a sociedade, pelo primeiro Grupo de Trabalho constituído para viabilizar a abertura do Museu.

O resultado deste processo participativo levou à definição do que foi denominado de “*macro roteiro*”, composto por temas a serem abordados nas salas expositivas do andar superior do casarão, local definido para a montagem de uma exposição de longa duração. Após a definição do macro roteiro e distribuição dos temas a serem abordados em cada uma das salas, iniciou-se o processo de construção da exposição, por meio das oficinas expográficas. Esta experiência, cujo produto foi denominado de *Exposição em Processo*, resultou em uma *exposição maquete*, a qual foi concebida e montada completamente em material reciclado: o papelão. A decisão de uso deste material se deu por sua plasticidade e facilidade de moldagem, para pessoas que jamais haviam pensado em criar uma exposição em todos os seus estágios: da escolha dos temas e abordagens, da seleção das peças e suportes. Este aspecto marcou também o caráter experimental do projeto.

Figura 9: Sala 1: África: berço da humanidade -“Exposição em Processo” (destaque para os suportes em papelão).



Fonte: Arquivo MAB

Figura 10: Sala 5: Luta e resistência negra - “Exposição em Processo”, (destaque para os suportes em papelão).



Fonte: Arquivo MAB

Após todo o processo de mobilização da comunidade local, das oficinas, seminários, debates, e montagem da exposição, sua abertura ao público ocorreu no dia 20 de novembro, de 2010. Esta data simboliza a mudança na perspectiva de atuação do Museu, em oposição à sua abertura inaugural, que se deu no dia 13 de maio, implicando em um posicionamento diante da história do povo negro, do seu protagonismo, dos seus heróis, e da nova abordagem da instituição. Além disto, este momento marcou a ocupação integral do casarão que foi entregue pelo IPHAN, ao mudar o seu escritório regional para uma nova sede. Por este motivo, a exposição ocupou o saguão de entrada, a escadaria principal e seis salas do piso superior, deixando as demais salas do piso inferior para outras atividades desenvolvidas no museu e para exposições temporárias.

Quanto aos objetos expostos, contou com algumas peças do acervo do MAB, objetos doados por ocasião da montagem da exposição, e outros cedidos ao museu pelos próprios participantes das oficinas. Cerca de 80% dos objetos do acervo do Museu permaneceu na reserva técnica, dentre os quais os objetos representativos da casa grande, do trabalho escravo e dos castigos impostos pelo homem branco. A partir deste momento se desenhou a nova forma de atuação do MAB, dos seus objetivos e de seu lugar no mundo dos museus.

Além das contribuições do público visitante do Museu, convidados a colaborar durante a visita à “Exposição em Processo”, uma avaliação foi prevista para ocorrer um ano após sua concepção. Este momento, ocorrido em agosto de 2011, contou com uma visita do público que participou de todo o processo de construção da exposição, e demais interessados, seguida de reflexões, debates, análise, avaliação e propostas de alterações daquela exposição. Durante este processo os participantes responderam a um questionário, no qual foram apontados os aspectos frágeis e fortes da exposição. O resultado deste momento foi uma avaliação da exposição pelos representantes dos movimentos sociais, cujo resultado apontou para uma reformulação expográfica e conceitual das salas 3 (referente à religião de matriz africana) e 5 (referente às leis abolicionistas e aos movimentos das lutas libertárias).

Após o processo de avaliação foram criados dois grupos de trabalho, no final de 2011, que desenvolveram novas propostas para as duas salas criticadas. As propostas transformadas em projetos para captação de recursos foram encaminhadas para editais de outras instituições. Também fomentaram a criação de planos de ação os quais foram encaminhados para o mantenedor do museu, o IBRAM. Os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta da sala 3 foram viabilizados parcialmente, assim como sua reestruturação. Posteriormente, a comunidade religiosa de matriz africana foi convidada a participar de novo debate, o que gerou nova demanda. Em virtude de mudanças na gestão e dos debates em torno dos temas da exposição, particularmente

das salas 3 e 5, os projetos foram novamente adiados. As dificuldades foram não só de captação de recursos, mas, sobretudo da infraestrutura do casarão, que não passou por nenhuma adaptação às suas necessidades museológicas, dificultando qualquer execução de projetos museológicos.

Novos debates, encontros e seminários foram realizados em 2012 e 2013, envolvendo instituições de ensino superior, os núcleos de estudos afro-brasileiros e pesquisadores das diversas temáticas da cultura africana e afro-brasileira, memória, patrimônio, exclusão social, etc., os quais geraram a identificação de novas demandas e de novos projetos. O plano museológico foi atualizado em 2012 e 2013, do ponto de vista da história da instituição, do seu diagnóstico e das perspectivas futuras, contando com a intensa participação da equipe do museu e da comunidade local.

PATRIMONIALIZAÇÃO, MUSEALIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE ÉTNICA

Dentre os diversos momentos em que os representantes dos movimentos sociais foram estimulados a participar das atividades propostas pelo museu, destaco a *Exposição em Processo* para uma avaliação sobre o processo de patrimonialização e musealização, uma vez que, por ter sido materializada em um produto, presta-se à proposta deste artigo. Para esta análise¹⁸, importante lembrar os temas abordados no macro roteiro que vieram a compor cada uma das salas da exposição, do ponto de vista teórico-conceitual, quais sejam: 1) África como berço da humanidade; 2) relações entre África e Brasil ao longo da história; 3) contribuição dos povos negros na formação da sociedade brasileira; 4) o processo abolicionista e seus resultados na atualidade; 5) lutas e movimentos de resistência negra; 6) África contemporânea. A partir dos temas citados foram desenvolvidas rodas de diálogos, seminários e oficinas que vieram a definir os textos, os objetos a serem expostos e a construção dos suportes em papelão.

Esta experiência resultou não apenas no processo participativo dos movimentos sociais nas atividades do museu, mas, sobretudo no processo de empoderamento destes grupos quanto ao território/espço do Museu da Abolição, demarcando-o em uma nova perspectiva temática e territorial. É a partir deste processo que o museu passa a abordar não mais as questões sobre o processo abolicionista na perspectiva daqueles que foram reconhecidos pela história oficial,

¹⁸ Nos arquivos do museu existem vários documentos sobre estas experiências: os relatórios dos GT's, o Plano Museológico, registros fotográficos e áudio visual. Todo o material existente foi consultado e analisado. Além deste material, dois artigos publicados relatam e discutem a experiência da *Exposição em Processo*, os quais foram essenciais para a escrita deste artigo. São eles: "Da África em casa à África fora de casa (Notas sobre uma exposição em trânsito)", Antonio Carlos de Motta; e "Museu da Abolição: The Museum That We Want", de Adolfo Samyn Nobre.

denominados “abolicionistas”, mas, sobretudo, a perspectiva dos negros e das lutas e movimentos libertários, assim como temas tangenciais, como liberdade, exclusão social, preconceito, direitos humanos, cidadania, racismo, questões de gênero e raça. É neste sentido que a instituição passa a acentuar as disputas conceituais e os sentidos simbólicos nos processos memoriais da instituição, com o sentido de lembrar e não mais esquecer a importância e relevância dos negros nos processos que levaram à abolição, assim como os processos que dela resultaram, os quais condicionam a vida dos afrodescendentes na sociedade brasileira.

Se, por um lado, o processo resultou na acentuação das disputas conceituais e simbólicas, revelou, por outro lado, os conflitos existentes dentro dos diversos movimentos sociais, sejam eles culturais, religiosos ou políticos, demonstrando que este universo não é consensual nem tampouco coeso. Ou seja, expôs sua complexidade e diversidade. Com isto, o papel do museu, que se distancia do lugar do consenso, nos leva a refletir sobre a função social dos museus, não só quanto ao processo de patrimonialização e musealização, mas, sobretudo, quanto ao que é escolhido para expor, comunicar, informar; e também quanto à forma de expor, comunicar, informar. Vale dizer, uma reflexão sobre a autoridade do discurso na curadoria.

Resultante deste acúmulo de debates e reflexões, o Museu da Abolição passa a se pautar, conforme expresso em seu Plano Museológico, pela missão de “Preservar, pesquisar, divulgar, valorizar e difundir a memória, os valores históricos, artísticos e culturais, o patrimônio material e imaterial dos afrodescendentes, por meio de estímulo à reflexão e ao pensamento crítico, sobretudo quanto ao tema abolição, contribuindo para o fortalecimento da identidade e cidadania do povo brasileiro”, passando a incorporar institucionalmente os temas de interesse dos movimentos sociais e a estimular sua participação ativa e efetiva, matizando conceitos e denunciando preconceitos. Particularmente na *Exposição em Processo*, o seu resultado maior residiu no processo participativo e não em seu produto, a exposição propriamente dita.

As críticas até o momento tecidas, não só dos que participaram da experiência¹⁹, mas principalmente da contribuição da sociedade no espaço expositivo, durante o período em que a exposição permaneceu em cartaz²⁰, podem ser desta forma condensadas: 1) quanto aos temas selecionados, que não conseguiram avançar em termos da visão clássica dos pensadores brasileiros sobre as contribuições da cultura africana e afrobrasileira à cultura brasileira; 2) quanto às discussões e debates

¹⁹ Da montagem e da avaliação da *Exposição em Processo*, após um ano de sua permanência em cartaz.

²⁰ Os visitantes eram convidados a fazer críticas e comentários em espaço definido, e estes comentários e críticas eram recolhidos, separados por tema, e posterior análise pelos servidores do MAB.

realizados no processo e na exposição, que não resultaram em um rompimento da leitura de Gilberto Freyre acerca da contribuição dos negros à cultura brasileira; 3) quanto às representações realizadas na sala com o tema religioso no que diz respeito a ampliar o olhar para as demais religiões de matriz africana, para além do candomblé; 4) quanto à visão mítica da África, que parece ignorar a realidade africana contemporânea.

Tendo em vista o processo de patrimonialização, é preciso ter em conta que este se refere a questões de ordem histórica, teórica e territorial. O Museu passou a ser um espaço/território reconhecido pelos movimentos sociais afrodescendentes de Pernambuco. Da mesma forma, os conteúdos, temas, questões tratadas nas atividades da instituição, foram definidas formalmente em seu Plano Museológico, documentando, desta forma, as conquistas do processo. Não se tratou, neste caso, tão somente de afirmar a “invenção das tradições”²¹, com a perspectiva de realçar as identidades tradicionais. Tampouco se referiu à “re-significação” do passado. As questões pontuadas no percurso traçado no macro roteiro matizaram os temas relevantes para os movimentos sociais, quais sejam: a importância da África e dos africanos para a formação do povo e da sociedade brasileira; o reconhecimento da sua diversidade; as representações das religiões de matriz africana e dos seus cultos; o reconhecimento da participação do povo negro no processo da abolição e suas lutas pela liberdade; os processos de exclusão, discriminação e preconceito herdados da formação da sociedade brasileira, do próprio processo abolicionista e de sua repercussão na sociedade atual; e questões voltadas para a África contemporânea.

A última sala da exposição tratou da “África na atualidade”, cuja abordagem passou pelo olhar dos africanos residentes temporariamente no Brasil, estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, com o título *África Fora de Casa*. Esta trouxe certo equilíbrio à exposição no tocante à fuga dos temas tradicionais e com um olhar às avessas, questionando as identidades imaginadas do povo africano, dos afrodescendentes brasileiros, pelos africanos recém chegados, olhando para a África a partir do Brasil.

Do ponto de vista da musealização, no que concerne à perspectiva restrita do termo, que envolve a identificação, definição e aquisição de acervos, de registros, de ações e manifestações, assim como das técnicas que inserem quaisquer objetos ou ideias, documentos ou processos, ações ou manifestações, em inventários, classificações, catalogações, etc., houve avanços significativos: seja em relação à documentação do acervo museológico, quanto à sua catalogação, classificação e inventário, o que foi estabelecido desde 1988, o que ocorreu independente da

²¹ De acordo com HOBBSAWM, (1984).

participação dos movimentos sociais; seja quanto à produção do seu plano museológico, o que ocorreu a partir dos intensos debates e reflexões demonstrados. Este documento é, inclusive, referência entre os museus do IBRAM. Não é demais lembrar que poucas instituições no país desenvolveram seu Plano Museológico, mesmo após a publicação do Estatuto de Museus, que estabelece a obrigatoriedade dos museus do país desenvolver este documento²². Para além destes avanços, o que existe hoje é uma semente do que está por vir: a consolidação dos instrumentos de gestão da instituição; de sua infraestrutura; de seus acervos; de suas atividades e programação futura. O Museu da Abolição, com os seus 58 anos de criação, está amadurecendo seus processos de inclusão participativa dos movimentos sociais e aguardando dias melhores, em sua infraestrutura, para abrigar as ideias, debates, contribuições e reflexões em seus espaços expositivos, em sua programação e na consolidação de seus instrumentos de gestão. Ou seja, o longo caminho trilhado em direção à museologia social o coloca em uma condição de definição institucional, e demonstra ter conquistado o seu lugar no mundo.

Para além do reconhecimento do espaço/território do Museu como referência da cultura negra Pernambucana, esta aproximação do museu com a museologia social, cuja perspectiva transforma o realizar, construir, desenvolver ações e atividades “com” e não “para” estas comunidades, resultou não só em uma afirmação institucional de sua atuação na sociedade local, mas, sobretudo no resultado produzido em termos de empoderamento dos representantes dos movimentos sociais quanto ao espaço/território da instituição e quanto à nova perspectiva de forma e conteúdo da atuação do museu.

Esta mudança de perspectiva tornou o museu reconhecidamente um aliado nas causas e questões do povo negro de Pernambuco, em amplo sentido, seja na oferta de atividades, seja na forma de desenvolvê-las, seja ainda na abertura do seu espaço para realização de atividades e eventos de interesse destas comunidades, guardadas as aproximações com a missão e objetivos institucionais. Neste sentido, aproxima o museu da sociedade e de suas necessidades, ressaltando temas e ações, fortalecendo movimentos, debates e reflexões críticas sobre ser negro no Brasil e sobre questões que tangenciam este tema. Neste sentido, a instituição passou a atuar como espaço de afirmação de identidade dos movimentos sociais ligados aos temas sociais, culturais, educativas e religiosas de matriz africana, fortalecendo e matizando as questões identificadas como relevantes por estes grupos.

A gestão do Museu da Abolição é desafiadora no sentido de dar continuidade ao seu viés da museologia social, buscando o equilíbrio entre os interesses de uma

²² Ver nota 14.

minorias étnicas, sem perder de vista as exigências da legislação sobre os espaços públicos; revelar os conflitos inerentes à complexidade dos temas e abordagens, sem matizar conflitos e preconceitos; estimular a reflexão crítica e manter o olhar sobre a diversidade, sem pasteurizar nem tampouco excluir vertentes, expressões ou distinções entre os grupos; identificar questões de relevância para estas minorias e realizar conexões entre o local e o nacional; atualizar visões do passado e fomentar discussões que tocam os museus, a memória e o patrimônio do povo de matriz africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que o tema do patrimônio emerge assim como um lugar de construção de valores e, como tal, extremamente plástico e variável (ABREU, 2005, p.39), e que as políticas de memória são o resultado de dinâmicas deliberadas de lembranças e esquecimentos (ABREU, 2005, p.44). Por isto, todo processo de patrimonialização inclui a ideia de seleção de bens culturais, materiais ou imateriais, escolhas e construção de acervos considerados dignos de serem “memorializados”. Estes, por sua vez, se opõem a um conjunto de bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento. Esta é a dinâmica estabelecida no processo de patrimonialização.

Abreu (2005, p.50) nos leva a refletir sobre importantes questões: Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como criar coleções de manifestações culturais dignas de representar a nação brasileira, sabendo que, no mesmo movimento, estamos também praticando o descolecionamento, ou seja, criando coleções de manifestações culturais ‘indignas’ de representar a nação brasileira? Esta, portanto, não é uma tarefa fácil, pois o museu é *também* o espaço da memória. E, neste sentido, do esquecimento. Do mesmo modo, entendo que o museu não é espaço do consenso, mas o local em que os conflitos podem ser revelados. Se, no primeiro momento da história do Museu da Abolição, o processo de patrimonialização se deu a partir da história oficial sobre o tema, e primordialmente sobre o conjunto arquitetônico representativo de uma casa senhorial de engenho, tombado no livro histórico do Iphan, este processo, ao longo do tempo, agrega novas perspectivas de patrimonialização. Isto se dá por meio da participação dos diversos movimentos sociais que acrescentam reflexões, posicionamentos, ideias e debates em torno da história dos negros escravizados, dos seus descendentes e das consequências sociais da abolição para este grupo social, e também no processo de amadurecimento do fazer museológico dos gestores da instituição.

Por outro lado, o processo de musealização também diz respeito à seleção de bens culturais, materiais ou imateriais, e sua inserção em um sistema de catalogação, documentação e inventário, com vistas à sua preservação, o que inevitavelmente

atribui valores e significados, e, primordialmente, reconhecimento de sua importância para a memória de um grupo, comunidade, ou sociedade. Este processo, no momento da criação do Museu da Abolição, se deu dentro de uma perspectiva que condicionou suas escolhas e visão, a partir da Casa Grande. No segundo momento aqui analisado, o processo participativo dos movimentos sociais não só desconsiderou, mas rejeitou veementemente esta perspectiva e este olhar. Todavia, entendo que nas experiências desenvolvidas e contribuições dos movimentos sociais para a construção do novo perfil do Museu, o conceito de musealização foi pouco desenvolvido, pouco trabalhado. Além disto, o projeto foi realizado de modo experimental e sem muita clareza e preocupação das questões que estiveram, sempre, em jogo: processos de patrimonialização e de musealização. O desejo maior, entendo, era o de mudar a perspectiva de abordagem institucional, refletir sobre os processos de construção e gestão participativa da instituição, e estimular a participação dos movimentos sociais, com vistas ao desenvolvimento da perspectiva da museologia social.

Ou seja, eram outras questões que estavam em jogo. E, neste sentido, as múltiplas abordagens, as múltiplas necessidades, associadas à complexidade dos temas, instituições e organizações participantes, levaram ao resultado apresentado, sem, no entanto, haver uma preocupação maior com os dois conceitos aqui analisados.

Obviamente que um olhar mais apurado, com uma revisão mais extensa e profunda de toda a documentação produzida, de entrevistas com os participantes desta experiência, e com uma revisão mais detalhada da literatura, é possível que sejamos levados a novas reflexões e conclusões do que foi aqui apresentado. Portanto, o exercício reflexivo aqui proposto é seminal e pode levar a desdobramentos e aprofundamentos em torno da experiência vivenciada no Museu da Abolição e suas implicações para a sociedade, e para o museu.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *SOCIEDADE E CULTURA*, V. 8, N. 2, JUL./DEZ. 2005, P. 37-52.
Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1010>.

Catálogo da exposição: O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais. IPHAN/Ministério da Cultura, 13.05.1983.

Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972; Brasília: Ibram/Minc; Programa Ibermuseos, 2012.

MOTTA, Antonio Carlos. Da África em casa à África fora de Casa (Notas sobre uma exposição em trânsito). In: DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza. África em Movimento: patrimônios, museus e políticas das identidades.

Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. Cadernos de sociomuseologia nº 9, 1996, pg. 9 – 33. Disponível em

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/291/200>

Plano Museológico Museu da Abolição/IBRAM/MINC – 2012/2016.

NOBRE, Adolfo Samyn, "Museu da Abolição: The Museum That We Want", in, Cadernos de Sociomuseologia, nº 37 (2010). To understand New Museology in the 21st Century.

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.